CDD
CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO
GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 10 de Julho de 2021 | Ano 03, n.º 141 | **Director:** Prof. Adriano Nuvunga | **www.cddmoz.org**

MILITARIZAÇÃO DE CABO DELGADO

880 militares e 120 polícias do Ruanda + 3.000 militares da SADC: E agora, Senhor Presidente, isto não é uma "salada de intervenções"?

- Desembarque de 1.000 militares e polícias do Ruanda começou na sexta-feira e a informação só aos moçambicanos através de um comunicado do Governo de Kigali. No mesmo dia, Filipe Nyusi foi a Mueda informar às FDS sobre a chegada do apoio do Ruanda e da SADC, sem deixar claro como é que será feita a coordenação das operações no terreno. Até aqui não se sabe quanto tempo irá durar a "ajuda" de Kigali na luta contra o terrorismo e quem vai pagar a fatura.

- Número de tropas estrangeiras em Cabo Delgado (3.000 da SADC + 1.000 do Ruanda = 4.000) poderá ultrapassar o total de militares nacionais envolvidos no combate contra o terrorismo naquela província. E a população de Cabo Delgado – principal vítima do terrorismo e cuja colaboração com os militares seria fundamental para a vitória - não está informada sobre o desdobramento de tropas estrangeiras nas suas terras. Nem a Assembleia da República, órgão de soberania representativo de todos os moçambicanos, foi informada sobre a vinda de militares estrangeiros.

- Com a intervenção militar do Ruanda e da SADC, estão acautelados os interesses da França, a potência mundial que viu a sua estratégica petrolífera (Total) a suspender, devido aos ataques de Março, o projecto de gás natural em Palma avaliado em mais de 20 mil milhões de dólares, o maior investimento directo estrangeiro em África. Em Maio, o Presidente francês reuniu várias vezes com os Estadistas da África da Sul (potência da região austral) e do Ruanda para influenciar e apoiar um apoio militar a Moçambique.

Foi na apresentação do informe sobre a situação geral da Nação, em Dezembro de 2020, que Filipe Nyusi defendeu na Assembleia da República que Moçambique devia ter cuidado na gestão de apoios na luta contra o terrorismo e extremismo violento para evitar "uma salada de intervenções". "Muitos países estão a manifestar interesse de apoiar Moçambique. São muitos países, mas muitos mesmo. Mas temos que ter cuidado para evitar uma salada de intervenções. O que temos estado a fazer é dizer o que é que nós queremos, e isso não podemos revelar publicamente"[1]. Na verdade, o Presidente da República estava a reagir às vozes que defendiam que o Governo devia solicitar apoio regional para a luta contra o terrorismo, face à manifesta incapacidade das Forças de Defesa e Segurança (FDS) de conter o avanço dos grupos extremistas.

Sete (7) meses depois, já começaram a chegar os primeiros contingentes de militares estrangeiros em Cabo Delgado. E as previsões apontam para a entrada de cerca de quatro (4) mil militares estrangeiros. Na sexta-feira, o Governo do Ruanda[2] iniciou o destacamento de um contingente de mil homens da Força de Defesa do Ruanda (880) e da Polícia Nacional do Ruanda (120) para Cabo Delgado, em resposta ao pedido formulado pelo Executivo moçambicano de apoio na luta contra o terrorismo e o extremismo violento.

Através de um comunicado publicado na sexta-feira, o Governo do Ruanda informa que a "Força Conjunta" vai trabalhar em "estreita colaboração" com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e as forças SADC "em sectores de responsabilidade designados". Além de realizar operações de combate para apoiar os esforços de restabelecimento da autoridade de Estado nos distritos afectados pelo terrorismo e extremismo violento, o contingente do Ruanda vai trabalhar na estabilização e reforma do sector de segurança de Moçambique.

O comunicado de Kigali faz notar que o "desdobramento assenta nas boas relações bilaterais entre a República do Ruanda e a República de Moçambique, na sequência da assinatura de vários acordos entre os dois países em 2018, e está alicerçado no compromisso do Ruanda com a doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P) e com a Princípios de Kigali de 2015 para a Proteção de Civis".

Na sexta-feira, Filipe Nyusi foi a Mueda anunciar às FDS a chegada de militares do Ruanda e dos países da SADC. Pedimos apoio aos nossos amigos do Ruanda. Eles começaram a chegar hoje, já estão aqui, já estão a chegar. Vão trabalhar connosco, não são eles que mandam", disse o Presidente da República durante a visita à base central do Comando Operacional Norte (em Mueda) e a algumas posições das FDS em Cabo Delgado. Nyusi anunciou ainda a chegada, a partir de quinta-feira, de militares da SADC. "Já escreveram a carta para as Nações Unidas para dizer que a partir de dia 15 vão ajudar Moçambique"[3].

[1] https://cddmoz.org/filipe-nyusi-falou-de-quase-tudo-menos-dos-mercenarios-que-operam-em-cabo-delgado/
[2] https://www.gov.rw/blog-detail/rwanda-deploys-joint-force-to-mozambique?fbclid=IwAR3ipVUI2L7XwYXpjthG-YJIHOJ6do9GmMTnSslyQBY51UvLMN2m6mp1AO4
[3] https://www.noticiasaominuto.com/mundo/1792669/mocambique-nyusi-em-mueda-para-anunciar-reforcos-do-ruanda-e-sadc

Ruanda antecipa-se à SADC e Governo de Filipe Nyusi continua no silêncio

Na quarta-feira, o Secretariado da SADC escreveu uma carta para o Secretário-Geral da ONU informando-o sobre o envio da missão da Força em Estado de Alerta a Moçambique e pediu que António Guterres partilhasse a informação com o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com um orçamento de 12 milhões de dólares, a missão da SADC terá a duração de três meses prorrogáveis e o prazo começa a contar já a partir de 15 de Julho. O orçamento será financiado pelos Estados-membros, que deverão contribuir com um total de sete (7) milhões, e pelo Fundo de Emergência da SADC, que deverá libertar cinco (5) milhões de dólares. O prazo para as contribuições terminou na sexta-feira, 09 de Julho, mas até aqui ainda não há informação pública sobre o processo[4].

Enquanto na quinta-feira a SADC anunciava a chegada da força de intervenção a partir do dia 15 de Julho, na sexta-feira, o Governo do Ruanda anunciava o envio, no mesmo dia, de um contingente de mil homens (entre militares e polícias) para apoiar a luta contra o terrorismo em Cabo Delgado. Até aqui não se sabe quanto irá custar e quem irá assumir as despesas da intervenção militar do Ruanda em Moçambique. Trata-se, na verdade, de uma informação que só poderá chegar aos moçambicanos através de entidades estrangeiras, tal como tem acontecido em relação a quase todos os assuntos sobre o conflito em Cabo Delgado.

A presença e retirada de empresas de mercenários em Cabo Delgado; as missões de treinamento das FSD lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA), Portugal e Zimbabwe; os detalhes logísticos, orçamentais e a duração da missão da SADC; e a chegada de tropas ruandesas em Moçambique são alguns exemplos de informações que chegaram aos moçambicanos através de entidades/imprensa estrangeira. O Presidente da República nunca se dignou a fazer uma comunicação à Nação para abordar a situação do conflito e da crise humanitária em Cabo Delgado, bem as opções do Governo em relação às ofertas de apoio militar feitas por vários Estados.

Num País onde o Governo e o Presidente da República respeitam os princípios de Estado de Direito Democrático, a presença de cerca de quatro (4) mil militares estrangeiros no território nacional teria sido antecedida por amplo debate na Assembleia da República, órgão de soberania representativo de todos os moçambicanos. Mas como estamos em Moçambique, este Estado onde o Presidente da República julga-se no direito de tomar decisões sobre a vida de mais de 30 milhões de moçambicanos e sobre o futuro da Nação sem respeitar a Constituição da República e demais leis, sem consultar os órgãos de soberania, sem informar e submeter as suas opções ao debate inclusivo, a martirizada população de Cabo Delgado será surpreendida, mais uma vez, com a presença de cerca de milhares de militares estrangeiros e meios logísticos oriundos de vários países da região.

[4] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/SADC-tem-12-milhoes-de--dolares-para-intervencao-militar-em-Mocambique.pdf

Créditos: Mondafrique

Presidente Francês, Emmanuel Macron, com o Presidente ruandês, Paul Kagame

Créditos: News24

Presidente da África do Sul, Ciryl Ramaphosa, e o Presidente da França, Emmanuel Macron

Interesses da França acautelados através do Ruanda e da SADC

Em finais de Maio, Moçambique acolheu, mais uma vez, as Cimeiras Extraordinárias da Troika do Órgão da SADC Mais Moçambique e da Dupla Troika da SADC que tinham como agenda a discussão da proposta de envio de 2.916 militares e meios logísticos para apoiar as FADM no combate contra o extremismo violento e terrorismo em Cabo Delgado. Os encontros terminaram sem nenhuma decisão.

Um dia depois, o Presidente francês desembarcava na África do Sul para uma visita que tinha como um dos pontos de agenda discutir o apoio ao combate contra terrorismo em Moçambique com o seu homólogo Cyril Ramaphosa. Emmanuel Macron reiterou a disponibilidade da França para apoiar a luta contra o terrorismo, caso seja solicitado pelo Governo moçambicano. O Estadista francês deixou claro que a ajuda de Paris será feita dentro da intervenção da SADC em Moçambique. "Se for tomada uma decisão para uma intervenção da SADC para restaurar a soberania em Moçambique, a França está disponível para contribuir com operações da Marinha"[5].

A França estava a explorar a influência económica e política da África da Sul na região para desempenhar um papel estratégico na intervenção militar da SADC em Moçambique. Pretória sempre defendeu uma solução regional para Cabo Delgado e não uma intervenção de potências internacionais. Ciente desse posicionamento, Paris aliou-se à África do Sul para influenciar a estruturação do apoio regional no combate contra o terrorismo. Antes do encontro de Pretória, Macron e Ramaphosa tinham reunido em meados de Maio em Paris e o terrorismo em Moçambique foi um dos temas abordados.

Na mesma altura, a França estava em contactos com Ruanda, um País que já tinha sido sondado pelo Governo moçambicano para apoiar uma solução militar em Cabo Delgado. Antes de visitar Pretória, o Presidente francês passou por Kigali para uma curta visita a Ruanda, depois do encontro com Paul Kagame em Paris que tinha acontecido há menos de duas semanas. É preciso lembrar que, em finais de Abril, Nyusi esteve em Kigali onde discutiu com o Presidente ruandês Paul Kagame a "experiência do Ruanda no combate ao terrorismo e ao extremismo violento". Na verdade, o Presidente de Moçambique foi sondar um apoio militar de Ruanda e, dias depois, um grupo de oficiais do Exército ruandês estava em Cabo Delgado para avaliar as condições de ajuda na luta contra os jihadistas[6]. Três meses depois, as tropas ruandesas já estão em Cabo Delgado.

[5] https://observador.pt/2021/05/29/ataques-em-mocambique-emmanuel-macron-diz-que-franca-esta-pronta-para-combater-terrorismo/
[6] https://www.publico.pt/2021/05/13/mundo/noticia/ruanda-pondera-enviar-apoio-militar-cabo-delgado-1962465

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Embaixada da Suíça em Moçambique

British High Commission Maputo

Kingdom of the Netherlands